

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1º SEMESTRE 2012

1. Mensagem aos Acionistas

Senhores Acionistas,
A Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – Desenbahia, em atenção às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o relatório de atividades e as demonstrações financeiras correspondentes ao 1º semestre de 2012, elaborados de acordo com a legislação vigente.

As ações da Desenbahia seguem o Plano Estratégico do Governo do Estado e, nesse sentido, vem mantendo a política de apoio aos empresários autônomos, aos micros, pequenos e médios empreendedores, além de promover a oferta de serviços de crédito para o interior do estado, havendo atuado em todos os seus Territórios de Identidade. O setor público municipal também foi apoiado através de aquisições de máquinas, equipamentos e melhorias nas áreas de infra-estrutura de saúde. Por outro lado, a Desenbahia também apoiou investimentos de maior porte que contribuíram para a ampliação, diversificação da matriz produtiva estadual e consolidação do desenvolvimento sustentável da economia baiana.

No período apurado, foram aprovadas pela Desenbahia 9.711 operações de crédito, totalizando R\$ 190,92 milhões. Essas operações aprovadas pela Agência serviram de apoio para induzir investimentos na ordem de R\$196,11 milhões que contribuíram para a criação ou manutenção de 15.300 postos de trabalho. As liberações atingiram R\$ 214,28 milhões no 1º semestre de 2012, o que corresponde a um incremento de 99,7% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Ao serem apresentadas as atividades anuais e, em paralelo, os resultados que foram colhidos pela Desenbahia, manifestamos nossos agradecimentos pela confiança, cooperação, estímulo e apoio ao Governador Jaques Wagner, ao Presidente do Conselho de Administração, Senhor Secretário da Fazenda Luiz Alberto Bastos Pettinga, aos demais membros do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, bem como aos clientes e instituições públicas e privadas parceiras.

2. Financiamento do Desenvolvimento

2.1. Inclusão Social e Geração de Renda

A inclusão social e a geração de renda integrantes das diretrizes de governo receberam a contribuição financeira da Desenbahia por meio do microcrédito através do programa Credibahia, da renovação da frota de táxis do estado através do PROTAXI, e do apoio às atividades econômicas do Semi-Árido.

No âmbito do microcrédito, no 1º semestre de 2012 foram realizadas 8.479 operações de financiamento no valor total de R\$ 16,81 milhões. Do montante geral, R\$ 16,11 milhões foram realizados através de operações de financiamento direto a micros empreendedores, viabilizados por meio de 167 postos de atendimento do programa Credibahia. Registramos também os repasses efetuados pela Desenbahia às instituições operadoras de microcrédito na Bahia que foram responsáveis pela aplicação de R\$ 11,59 milhões que beneficiaram mais de 5.297 empreendedores do Estado.

O suporte à renovação da frota de táxis, realizada pelo Protáxi, vem resultando na melhoria dos serviços em Salvador e em cidades do interior. No 1º semestre deste ano, observou-se o aumento de liberações de recursos na ordem de 32,22%, comparativamente ao 1º semestre de 2011. Em valores, as liberações aumentaram de R\$ 15,56 milhões para R\$ 20,57 milhões no mesmo período, tendo sido beneficiados 889 motoristas.

O Semi-Árido é uma ampla região do estado que recebe tratamento diferenciado nos projetos submetidos à Agência. Esta região obteve R\$ 34,53 milhões em liberações no 1º semestre de 2012, com aumento de 13,72% em relação ao 1º semestre do ano passado, representando 16,11% do total das liberações do mesmo período.

2.2. Apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas

O apoio ao fortalecimento das microempresas e das empresas de pequeno e médio porte vem sendo uma das principais linhas de ação da Desenbahia nos últimos anos, através da concessão de capital de giro e crédito para investimento fixo.

Para o apoio às micros, pequenas e médias empresas foram realizadas 155 liberações de crédito no 1º semestre de 2012, no valor total de R\$ 30,88 milhões. Tais liberações foram viabilizadas pelos programas/linhas do Credifácil, Prodesse, FNE e BNDES Psi Bk.

No entanto, visando o desenvolvimento econômico do estado, a Desenbahia também apoiou investimentos de maior envergadura através da disponibilização de linhas de crédito para este propósito. Nas operações para as empresas de grande porte, no 1º semestre de 2012, foram liberadas parcelas no valor de R\$ 93,63 milhões referentes à reconstrução da Arena Fonte Nova através da linha PROCOPA Bahia 2004.

2.3. Apoio a interiorização do crédito

A Desenbahia se integra no empenho do governo estadual na diversificação territorial do desenvolvimento social/econômico e, neste comprometimento, disponibiliza financiamentos para todas as regiões, fomentando o crescimento da produção, da renda e da geração de postos de trabalho, trazendo reflexos positivos para a integração social.

Do total de liberações da Desenbahia no primeiro semestre de 2012, foi disponibilizado para os municípios do interior um total de R\$ 79,59 milhões, representando um incremento de 26,31 % em relação ao mesmo período de 2011. Dentre os Territórios de Identidades, aqueles contemplados com as maiores liberações no 1º semestre 2012 foram a Área Metropolitana de Salvador, Oeste Baiano, Vitória da Conquista, Extremo Sul, Portal do Sertão, Litoral Sul, Bacia do Rio Corrente e Chapada Diamantina. O território de identidade do Oeste baiano destaca-se com uma participação de 34,62 % do total de liberações.

Através do programa Credibahia que fomenta as operações de microcrédito, a Desenbahia atingiu uma cobertura de 135 municípios. Do total liberado de R\$ 79,59 milhões, as operações de financiamentos direto a micros empreendedores totalizaram R\$ 15,46 milhões.

O fortalecimento da base municipal é outro aspecto relevante para a Desenbahia. É oferecido apoio creditício às prefeituras destinado a investimentos em infraestrutura urbana, aquisição de máquinas e equipamentos e prestação de serviços públicos no âmbito municipal. As liberações para os municípios atingiram no 1º semestre de 2012 o montante de R\$ 3,32 milhões. Registramos também que o processo de interiorização da oferta de serviços é também incrementado pela atuação dos Gerentes de Negócios residentes em Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista.

3. Desenvolvimento de Negócios

3.1. Apoio às Cooperativas de Crédito

A Desenbahia em 2012 iniciou liberações de recursos que permitirão o fortalecimento da es-

trutura patrimonial das cooperativas de crédito no estado. Esta nova linha de crédito da Agência realiza concessão de financiamentos diretamente aos cooperados para aquisição de cotas partes da cooperativa, o que permite aumentar o seu capital social e elevar sua capacidade de atuação no interior do estado. A linha atende também às cooperativas com menor capital, permitindo que cresçam mais rapidamente. Identifica-se um avanço na operacionalização da linha, pois até então, as operações da Desenbahia com cooperativas de crédito tinham como objetivo o repasse de recursos para que as cooperativas realizassem as aplicações junto aos beneficiários finais (empreendedores). Agora, financia-se a aquisição de cotas-parte para os cooperados, contribuindo para elevar o patrimônio das cooperativas.

No mês de junho foi liberado o montante de R\$ 121 mil a 79 cooperados para capitalização de uma cooperativa de crédito. A efetivação desse programa contribuirá para acelerar o crescimento das cooperativas na Bahia e com isso promover maior oferta de crédito para os empreendedores. A implantação do programa de capitalização das cooperativas de crédito era uma das mais importantes reivindicações do cooperativismo baiano.

3.2 Apoio à cultura

Em consonância com a criação do Programa Brasil Criativo pela Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura e seguindo diretriz definida no PPA Estadual 2012-2015, a parceria SECULT/Desenbahia, com o apoio do SEBRAE-BA e outras secretarias de estado, tem trabalhado no desenvolvimento do Programa Bahia Criativa, com horizonte final previsto para 2020, no qual se insere o Programa de Financiamento Credifácil Cultura. A delimitação do escopo da economia criativa e o lançamento do Programa Bahia Criativa possibilitarão um cenário propício para a comercialização e otimização do Credifácil Cultura ou outros produtos financeiros de fomento adequados junto à economia criativa.

3.3 Responsabilidade Ambiental

Na sua política de respeito ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável da economia baiana, a Desenbahia atua de forma a garantir que os projetos apoiados pela instituição estejam de acordo com a legislação vigente, exigindo as certificações necessárias para a implementação dos projetos financiados.

Motivada por audiência pública lançada pelo BACEN no evento da RIO +20, a Desenbahia criou em Junho deste ano uma comissão para a implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental da Desenbahia. O objetivo é estabelecer diretrizes a serem observadas pela Agência de Fomento, contemplando os impactos socioambientais e os produtos financeiros, relacionamentos com clientes e usuários e gerenciamento do risco socioambiental.

4. Desempenho Operacional

4.1. Fomento aos Setores Econômicos

A maior parcela das liberações efetuadas pela Desenbahia foi direcionada para as empresas comerciais e de serviços representando 79,8% do total, no decorrer do 1º semestre de 2012, atingindo R\$ 171,09 milhões. A seguir, temos o setor rural com também R\$ 27,77 milhões (13%) e o setor industrial com R\$ 12,09 milhões (5,6%). O setor público, ao obter R\$ 3,33 milhões (1,6 %), completa a relação dos segmentos econômicos contemplados com a ação da Agência.

4.2. Fomento Por Fonte de Recursos

Criado com o objetivo de prestar apoio financeiro a programas voltados para o desenvolvimento social e econômico da Bahia, o Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (FUNDESE) constitui uma das principais fontes de recursos para as operações de crédito realizadas pela Desenbahia. O Fundo disponibiliza recursos para financiar empreendimentos do setor privado que se enquadram nos programas e diretrizes de desenvolvimento do Governo do Estado.

A Desenbahia é a gestora financeira do Fundo, cumprindo-lhe formular suas linhas operacionais de financiamento e seu orçamento anual, em consonância com a programação financeira da Secretariada Fazenda e com aprovação do Conselho Deliberativo do FUNDESE.

O Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico da Bahia – FUNDESE permanece como fonte principal de liberação de recursos para as operações da Desenbahia ao propiciar cobertura para 78,7% do total, correspondente a R\$ 168,67 milhões. Neste período, os valores disponibilizados pelo FUNDESE cresceram em 121,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em segundo lugar, desponta o BNDES (inclusive FINAME) que participou com 12,25% do total, ou seja, R\$ 26,22 milhões. A Desenbahia contribuiu com R\$ 3,33 milhões em recursos próprios (1,55%), e o BNB/FNE voltando a comparecer de forma mais efetiva no conjunto das liberações de operações de crédito, disponibilizou R\$ 16,06 milhões (7,50 %).

4.3. Investimentos Alavancados e Postos de Trabalho Gerados/Mantidos

O valor dos investimentos resultantes do apoio da Desenbahia atingiu o montante de R\$ 196,11 milhões no 1º semestre de 2012, tendo esses investimentos levado à criação ou à manutenção de 15.300 postos de trabalho. O setor que mais contribuiu para a ampliação destes postos de trabalho foi o setor de comércio e serviços, responsável por 46,44 % do total aprovado neste período.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

A Desenbahia, no primeiro semestre de 2012, apresentou um lucro líquido de R\$ 44,3 milhões com um patrimônio líquido R\$416,6 milhões. Com efeito, a rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 10,63% no ano.

O ativo circulante e o realizável de longo prazo totalizaram R\$746,4 milhões em junho de 2012, sendo 39,08% referente ao saldo da carteira de crédito da Instituição, de R\$291,7 milhões. Já o passivo circulante e o exigível de longo prazo somaram R\$341,5 milhões, sendo que 84,45% corresponderam às obrigações por empréstimos e repasse, que totalizam R\$ 288,4 milhões.

Os créditos recuperados no exercício (Carteira Desenbahia e Carteira FUNDESE) totalizaram R\$ 8,03 milhões. O índice médio de inadimplência no exercício ficou em 1,2 % para a carteira da Desenbahia e 0,6 % para o FUNDESE.

6. Gestão Organizacional

6.1. Gestão de Risco

A Desenbahia possui uma Gerência responsável pela gestão de riscos da organização. Esta gestão engloba tanto as atividades de risco de crédito e de mercado, bem como as atividades de risco operacional.

A Agência adota um modelo de gestão integrada da risco de crédito, de mercado, operacio-

nal e outros, contemplando os componentes associados aos objetivos (Estratégicos, Operacionais, Relatório de Informações e Conformidade) às unidades, aos processos e às atividades da Agência, de acordo com a estrutura sugerida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). Esta metodologia procura assegurar que os riscos inerentes às atividades da Desenbahia sejam identificados, avaliados e controlados, bem como mantidos nos níveis e limites aceitáveis.

A gestão do risco de crédito da Desenbahia busca avaliar, acompanhar e monitorar o risco global da carteira de empréstimos e a classificação de risco das operações de crédito. São aplicadas metodologias compatíveis com as melhores práticas de mercado, utilizando modelos confiáveis de mensuração dos níveis de exposição a risco de crédito, bem como política de limites e alçadas em conformidade com as boas práticas da Governança Corporativa. O Gerenciamento do Risco de Mercado, observando as oscilações de preços dos ativos, tem por objetivo auxiliar a Desenbahia na definição de estratégias de atuação para a maximização dos seus resultados e apresentação das posições mantidas pela Agência, bem como o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas. A Desenbahia adota o cálculo do *Value at Risk* – V@R paramétrico como a metodologia utilizada para gerenciamento de risco de mercado, em condições normais, aplicando-o a todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros, sejam elas pré-fixadas ou pós-fixadas. Considerando a possibilidade de ocorrência de situações adversas, a Agência também trabalha com cenários de estresse, com o objetivo de medir o comportamento da carteira em situação de crise. Os testes são realizados visando estabelecer ou rever procedimentos e limites para a adequação de capital, de acordo com os resultados obtidos.

A estrutura detalhada do gerenciamento dos riscos da Desenbahia encontra-se disponível no site da Agência na internet (www.desenbahia.ba.gov.br).

6.2. Monitoramento do Planejamento Estratégico

Concluído o trabalho de elaboração do Planejamento Estratégico da Desenbahia para o quadriênio 2012-2015, que definiu a Missão, a Visão, os Valores e a Estratégia da Desenbahia para o período, a tarefa neste primeiro semestre do ano foi o acompanhamento e monitoramento dos Projetos Estratégicos, através de metodologia recomendada pela consultoria da Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB).

6.3. Conclusão da Implantação da Ferramenta de Business Intelligence (BI)

A Desenbahia concluiu a implantação do BI, incluindo um quarto módulo que é o cálculo e demonstração do Índice de Desempenho da Desenbahia, o IDD. Este índice busca mensurar a Visão da instituição a partir de diversos indicadores que compõe o índice. O acesso as informações é feito através de um moderno portal, desenvolvido com que há de mais moderno em tecnologia para internet. Esta ferramenta significa um avanço no sentido de dar mais agilidade, consistência e transparência às informações da instituição, provendo tempestivamente a diretoria e aos demais gestores de dados estratégicos para a tomada de decisões.

6.4. Educação e Saúde

No 1º semestre de 2012, a Desenbahia investiu muito no desenvolvimento do seu quadro técnico/generical, realizando 107 atividades de Treinamento e Desenvolvimento, incluindo cursos internos e externos, congressos, seminários e palestras, propiciando 348 oportunidades de participação. Uma grande ênfase foi dada aos eventos interno-corporativos com o objetivo de suprir lacunas de competências identificados no processo de avaliação de desempenho realizado em 2011, além de capacitar as equipes na execução do Planejamento Estratégico da Agência para 2012-2015. Além disso, mantém sua política de concessão de bolsas de estudo de graduação, pós-graduação e língua estrangeira, beneficiando 13 empregados.

Todos os eventos tiveram acompanhamento da Gerência de Recursos Humanos, por meio de Avaliação de Reação e Avaliação dos Instrutores. Os resultados obtidos demonstraram um bom grau de satisfação dos participantes com as atividades realizadas e com a possibilidade de aplicação direta dos conhecimentos e habilidades adquiridos. Quando à assistência médica, foi renovado o contrato com a operadora do plano de saúde que beneficia atualmente 694 usuários, entre funcionários, dependentes e agregados.

6.5. Projeto Universitário

O Projeto Universitário, programa de palestras semestrais que apresenta os principais produtos e a natureza diferenciada da Desenbahia como agência de fomento para estudantes de ensino superior, em parceria com as universidades e faculdades em atuação na Bahia, realizou sua 5ª Edição em nosso Auditório, dia 23/05. O objetivo desse Projeto é contribuir com a formação desses jovens, informando-os sobre a importância do acesso ao crédito, pois esta é uma ferramenta de gestão fundamental para qualquer empreendedor ou profissional que deseje ser bem sucedido. A novidade, nessa etapa, foi a boa repercussão do oferecimento de vagas por demanda espontânea, com divulgação nas redes sociais. As inscrições foram acima das expectativas, gerando interesse da mídia local.

6.6. Comunicação Social

A área de Comunicação Social realizou duas campanhas publicitárias no primeiro semestre de 2012. A primeira delas ocorreu na região Oeste do estado, direcionada à participação da Desenbahia na Bahia Farm Show 2012. A segunda campanha foi da linha de financiamento Credifácil, voltada ao apoio até R\$ 50 mil de micro e pequenas empresas. Além das campanhas, realizou anúncios e ações de marketing, bem como 14 apoios, via patrocínios, a eventos realizados no Estado, dentre os quais se destaca a Bahia Farm Show, que em 2012 registrou um volume de captação superior a R\$ 118 milhões. Produziu também três edições do Jornal Desenbahia e uma edição do Boletim Credifácil.

6.8. Apoio às atividades técnico-científicas

A Desenbahia tem se dedicado de forma ativa à organização dos Encontros Anuais de Economia Baiana em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e com o curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia, contando com o envolvimento de grande parte da comunidade acadêmica que se dedica à reflexão da economia baiana.

Registramos também a publicação semestral da revista Desenbahia que tem como objetivo divulgar a produção científica nas áreas temáticas vinculadas à Instituição: desenvolvimento regional, economia baiana e financiamento do desenvolvimento. A publicação busca estabelecer um canal de discussão entre a Desenbahia e demais órgãos do Estado, meio acadêmico e sociedade civil, estimulando e disseminando a produção de conhecimento.

A Revista vem contando com contribuições de especialistas de vários estados do país e assumindo importante papel em âmbito regional. Em março, foi lançada a sua 16ª edição e, em setembro, durante o VIII Encontro de Economia Baiana, a 17ª edição. Todas as edições da revista encontram-se disponíveis no site da Desenbahia (www.desenbahia.ba.gov.br).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2012	2011	PASSIVO	Nota	2012	2011
Circulante		373.802	363.339	Circulante		78.824	84.492
Disponibilidades	(4)	215	984	Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	(10)	35.142	44.752
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4)	5.865	1.213	Tesouro Nacional		-	272
Aplicações no mercado aberto		5.865	1.213	BNDES		6.935	11.787
Títulos e valores mobiliários	(5)	292.085	283.247	FINAME		12.282	10.440
Carteira própria		292.496	283.247	Banco do Nordeste - BNB		15.925	22.253
(Provisão para desvalorização de títulos)	(411)	-	-	Outras obrigações	(11)	43.682	39.740
Operações de crédito	(6)	65.579	64.606	Cobranças e arrecadações de tributos		-	18
Operações de crédito		73.766	84.059	Sociais e estatutárias		28.417	28.399
Setor público		10.788	9.338	Fiscais e previdenciárias		9.263	3.595
Setor privado		62.978	74.721	Diversas		6.002	7.728
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	(8.187)	(19.453)	-	Exigível a longo prazo		262.687	267.430
Outros créditos	(7)	9.773	9.027	Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	(10)	253.240	228.860
Rendas a receber		2.587	1.897	BNDES		120.351	115.689
Diversos		7.186	7.131	FINAME		47.464	38.137
(Provisão para outros crédito de liquidação duvidosa)		-	-	Banco do Nordeste - BNB		85.425	75.034
Outros valores e bens	(8)	285	4.262	Outras obrigações	(11)	9.447	38.570
Despesas antecipadas		163	155	Fiscais e previdenciárias		1.576	38.421
Outros valores e bens		122	4.107	Diversas		7.871	149
Realizável a longo prazo		372.636	335.131	Patrimônio líquido		416.572	358.383
Títulos e valores mobiliários	(5)	125.034	112.607	Capital	(12a)	279.937	279.937
Carteira própria		125.422	113.440	Reservas de reavaliação	(12b)	5.799	5.905
(Provisão para desvalorização de títulos)	(388)	(833)	-	Reservas de lucros	(12c)	130.836	72.541
Operações de crédito	(6)	226.390	217.481				
Operações de crédito		254.652	247.974				
Setor público		49.117	46.854				
Setor privado		205.535	201.120				
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	(28.262)	(30.493)	-				
Outros créditos	(7)	17.190	5.016				
Diversos		17.190	5.016				
Outros valores e bens	(8)	4.022	27				
Investimentos temporários		2.251	2.251				
(Provisão para perdas)	(2.251)	(2.251)	-				
Outros valores e bens		4.095	100				
(Provisão para desvalorização)	(73)	(73)	-				
Permanente	(9)	11.645	11.835				
Investimentos		97	100				
Outros investimentos		594	597				
(Provisão para perda)	(497)	(497)	-				
Imobilizado		11.063	11.367				
Imóveis de uso		5.639	5.634				
Reavaliação de imóveis de uso		8.550	8.550				
Outras imobilizações de uso		7.080	6.714				
(Depreciações acumuladas)	(10.206)	(9.531)	-				
Diferido		6	46				
Gastos com organização e expansão		797	797				
(Amortização acumulada do diferido)	(791)	(751)	-				
Intangível		479	322				
Gastos com organização e expansão		752	485				
(Amortização acumulada do intangível)	(273)	(163)	-				
Total do ativo		758.083	710.305	Total do Passivo		758.083	710.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros					
		Capital social	Reservas de reavaliação	Legal	Estatutária	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011		279.937	5.852	12.989	82.915	-	381.693
Realização da reserva de reavaliação	(12b)	-	(80)	-	-	80	-
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação	(12b)	-	27	-	-	(27)	-
Reserva para futuro aumento de capital							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., cujo controle acionário pertence ao Estado da Bahia, tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da agência.

A rentabilidade de suas operações é proveniente, em sua maior parte, da aplicação de taxas de remuneração adequadas sobre repasses de recursos obtidos principalmente junto com instituições do Governo Federal, quer se destinem ao setor público ou privado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Desenbahia foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicáveis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais. O Real é a moeda funcional da Desenbahia.

Em aderência ao processo de convergência com os padrões internacionais de contabilidade, algumas normas emitidas pelo CPC e suas interpretações, aplicáveis às instituições financeiras, foram aprovadas pelo CMN. São elas:

CPC	Tema	Resolução CMN
01	Redução ao valor recuperável de Ativos	3.568/08
03	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
05	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	8.823/09
20	Eventos Subsequentes	9.973/11
14	Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11

Atualmente não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e nem se a aplicação destes será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar o impacto contábil da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Desenbahia.

Estimativas e premissas foram utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis, incluindo as de créditos tributários, mensuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e provisão para fazer face às perdas prováveis em processos cíveis, trabalhistas e fiscais. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

A demonstração dos fluxos de caixa referente ao semestre findo em 30 de junho de 2011 está sendo apresentada reclassificada para melhor comparabilidade com o semestre de 2012, como se segue:

	2011	2011
	Publicada	Reclassificada
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.204	3.887
Variações patrimoniais	10.204	3.887
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	10.204	3.887
Caixa líquido aplicado/originado das atividades operacionais	39.439	33.122
Aumento/Redução líquido de caixa e de equivalentes de caixa	11.539	5.222
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	272.789	157.040
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	284.328	162.262

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. As operações de crédito sob regime contábil de competência de exercícios.

b. A classificação em circulante e longo prazo do total é e do exigível obedece aos artigos nºs 179 e 180 da Lei nº 6.404/76, e às normas e instruções do BACEN.

c. As obrigações interfirências de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Para elaboração da demonstração dos fluxos de caixa estão incluídas as disponibilidades de caixa, as aplicações interfinanceiras de liquidez e as compromissadas com vencimento de até 90 dias, registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

f. As "operações de crédito" encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, considerando que, se vencidas há mais de 60 dias, as rendas somente são reconhecidas se efetivamente recebidas.

g. A "provisão para créditos de liquidação duvidosa" foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pelo BACEN e pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
De 15 a 30 dias	A
De 31 a 60 dias	B
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações em atraso, classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As operações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h. O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais as quais refletem a expectativa de vida útil desses ativos:

Imóveis de uso - Edificações	4%
Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
Demais itens	10%

i. O diferido é registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com a utilização da taxa de 20% ao ano. Esse grupo de contas foi extinto com a Lei nº 11.941/09. De acordo com a Resolução CMN nº 3.617/08, os saldos existentes em 30 de setembro de 2008 podem ser mantidos até sua completa amortização.

j. O intangível é composto pelos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais, e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual fixa de 20% as quais refletem a expectativa de recuperação desse ativo.

k. É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

l. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidas das correspondentes despesas, quando aplicável.

m. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos contingentes: De acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

n. As provisões para férias e 13º salário estão integralmente reconhecidas por competência mensal, incluindo os encargos aplicáveis.

o. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% e, quando aplicável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9%, tendo por base de cálculo o lucro real, na forma dos dispositivos legais vigentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Caixa	215	984
Depósitos bancários		
Equivalentes de caixa		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.865	1.213
Renda fixa - CDB	-	17.280
Cotas de fundos de investimento BNB	80.322	74.576
Cotas de fundos de investimento BB	72.090	68.209
	158.277	161.278
Total	158.492	162.262

5. TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS

	2012			2011		
	Circulante	R.L.P.	Total	Circulante	R.L.P.	Total
Renda fixa - LFT (1)	-	122.586	122.586	-	110.740	110.740
Renda fixa - CDB	-	-	-	-	17.280	17.280
Cotas de fundos mútuos renda fixa (2)	291.496	1.136	292.632	265.967	-	265.967
Cotas de fundos empresas	-	-	-	-	-	-
Empréstimos (3)	1.000	1.700	2.700	-	2.700	2.700
Prov. para desvalorização de títulos - LFT	-	(187)	(187)	-	(282)	(282)
Prov. para desvalorização de títulos - Outros	(411)	(201)	(612)	-	-	(551)
Total	292.085	125.034	417.119	283.247	112.607	395.854

1. O montante de R\$ 122.586, registrado em Letras Financeiras do Tesouro (LFT 21000), corresponde a 2.331 títulos. Foram emitidos em 9 de maio de 2008 e o vencimento dar-se-á em 7 de setembro de 2014. Os referidos títulos têm rentabilidade diária vinculada à taxa de juros básica da economia (taxa Selic). Esse montante possui uma provisão de desvalorização no valor de R\$ 187.

2. O montante de R\$ 292.632 refere-se a fundos de investimento em renda fixa, dos quais R\$ 139.084 estão aplicados na Caixa Econômica Federal (CEF), R\$ 72.090 no Banco do Brasil (BB), R\$ 80.322 no Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e R\$ 1.136 no Bradesco, sendo que este último está bloqueado judicialmente. Os fundos da CEF, do BNB e do BB são todos compostos por títulos públicos com baixo risco, conforme Resolução CMN nº 3.757 (inciso 5, artigo 3º), e a composição de seus ativos em junho de 2012 é:

Caixa	Faixa de vencimento						Total
	Sem vencimentos (2)	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Disponibilidades	1	-	-	-	-	-	1
NTN-B	25.386	-	-	-	-	-	25.386
LFT	15.796	-	13.146	32.074	52.684	113.700	213.700
Obrigações (3)	-	-	-	-	-	-	(3)
BNB (6)	59.458	-	1.493	2.479	16.898	80.322	
Disponibilidades	3	-	-	-	-	-	3
OVER LFT	59.337	-	-	-	-	-	59.337
LFT	121	-	1.493	2.479	16.898	20.991	20.991
Obrigações (9)	-	-	-	-	-	-	(9)
Banco do Brasil	72.090	-	-	-	-	-	72.090
FIF	72.095	-	-	-	-	-	72.095
Obrigações (5)	-	-	-	-	-	-	(5)
Total	72.082	100.640	14.639	34.553	69.582	291.496	

O fundo de investimento do Banco do Brasil tem seus ativos aplicados em outro fundo, que, por sua vez, aplica toda a sua carteira em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

3. O montante de R\$ 2.700 refere-se à aplicação em fundos mútuos de investimentos em empresas emergentes administrados pela Rio Bravo, com provisão de desvalorização no valor de R\$ 612. No semestre, a movimentação dos valores aplicados, incluindo as aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 5.865 e respectivas provisões por desvalorizações, tiveram o seguinte comportamento:

	2012	2011
Saldo inicial das aplicações	421.681	621.681
(+) Valores aplicados	45.963	45.963
(+) Apropriação de juros	19.045	19.045
(-) Valores resgatados	(61.936)	(61.936)
(-) Imposto de renda retido na fonte	(971)	(971)
(=) Saldo final das aplicações	423.782	202.712

	2012	2011
Saldo inicial das provisões	793	793
(+) Incremento no período	40	40
(-) Redução no período	(39)	(39)
(=) Saldo final das provisões	794	794

6. OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO (Resolução CMN nº 2.682/99)
A Desenbahia possui características de empréstimos e financiamentos com a seguinte composição por atividade econômica:

	2012	2011
Operações de crédito - Setor privado	16.739	11.709
Empréstimos - P. físicas/BNDES-PMC	60	16.799
Empréstimos - Indústria	59	7.284
Empréstimos - Outros serviços	550	1.147
Financiamentos - Indústria	2.213	500
Financiamentos - Comércio	8.839	2.013
Financiamentos - Outros serviços	21.186	21.025
Financiamentos - Comércio	758	6.650
Financiamentos - Outros serviços	11.003	1.259
Financiamentos rurais	22.617	32.202
Financiamentos agroindustriais	122.358	144.975
Financiamentos de infraestrutura	25	193
Financiamentos de infraestrutura	224	20.547
Total	62.978	205.535

Operações de crédito - Setor público
Financiamentos - Governo Municipal (1) 10.788 49.117 59.905 9.338 46.854 56.192

	2012	2011
Outros créditos com características de concessão de crédito	-	3
Total operações de crédito	73.766	254.652
(1) Os financiamentos com as Prefeituras Municipais do Estado da Bahia visam a contribuir para melhoria da prestação de serviços públicos, disponibilizando recursos para saúde, infraestrutura urbana, compra de máquinas pesadas, equipamentos e transporte, a exemplo de ambulâncias. As taxas contratadas são indexadas a TJLP e com juros anuais de 4% a 6%. As garantias consistem, cumulativa ou alternativamente, em cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou em cotas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Conforme determina o BACEN, a Desenbahia efetua as provisões para créditos de liquidação duvidosa, pelo respectivo rating, cuja composição temo:		

	2012	2011
Carteira própria	100,00	100,00
Provisionamento	60.505	62.007
Saldo	60.946	80.915
Provisão	136.108	136.108
Saldo	26.608	26.608
Provisão	30,00	285
Saldo	50,00	795
Provisão	70,00	148
Saldo	100,00	27.687
Provisão	31.414	31.414
Saldo	31.414	306.631
Provisão	-	-
Saldo	67	853
Provisão	1,00	3
Saldo	3,00	141
Provisão	10,00	-
Saldo	30,00	620
Provisão	50,00	4.889
Saldo	70,00	162
Provisão	100,00	2.285
Saldo	8.590	25.405
Provisão	328.418	36.499
Saldo	73.766	8.187
Provisão	254.652	28.282
Saldo	247.974	30.493
Provisão	-	-
Saldo	306.631	39.841
Provisão	-	-
Saldo	801	4
Provisão	30	-
Saldo	275	8
Provisão	10,00	-
Saldo	30,00	186
Provisão	50,00	2.445
Saldo	70,00	114
Provisão	100,00	4.380
Saldo	8.590	25.405
Provisão	328.418	36.499
Saldo	73.766	8.187
Provisão	254.652	28.282
Saldo	247.974	30.493
Provisão	-	-
Saldo	306.631	39.841
Provisão	-	-
Saldo	853	4
Provisão	30	-
Saldo	141	8
Provisão	10,00	-
Saldo	30,00	186
Provisão	50,00	2.445
Saldo	70,00	114
Provisão	100,00	4.380
Saldo	8.590	25.405
Provisão	328.418	36.499
Saldo	73.766	8.187
Provisão	254.652	28.282
Saldo	247.974	30.493
Provisão	-	-
Saldo	306.631	39.841
Provisão	-	-
Saldo	801	4
Provisão	30	-
Saldo	275	8
Provisão	10,00	-
Saldo	30,00	186
Provisão	50,00	2.445
Saldo	70,00	114
Provisão	100,00	4.380
Saldo	8.590	25.405
Provisão	328.418	36.499
Saldo	73.766	8.187
Provisão	254.652	28.282
Saldo	247.974	30.493
Provisão	-	-
Saldo	306.631	39.841
Provisão	-	-
Saldo	801	4
Provisão	30	-
Saldo	141	8
Provisão	10,00	-
Saldo	30,00	186
Provisão	50,00	2.445
Saldo	70,00	114
Provisão	100,00	4.380
Saldo	8.590	25.405
Provisão	328.418	36.499
Saldo	73.766	8.187
Provisão	254.652	28.282
Saldo	247.974	30.493
Provisão	-	-
Saldo	306.631	39.841
Provisão	-	-



foram resgatadas ainda naquele exercício social.
ii. As operações de crédito de R\$ 328.418 (R\$ 332.036 em 2011) estão cobertas por provisões para devedores duvidosos (vide Nota Explicativa nº 6) no valor de R\$ 36.449 (R\$ 49.946 em 2011);
iii. Adicionalmente, R\$ 16.224 (R\$ 5.882) dos R\$ 26.963 (R\$ 14.043 em 2011) registrados em Outros créditos (Nota Explicativa nº 7) estão representados por valores a receber de órgãos públicos (Fundese, Fundurbano, FNE, STN e BNDES), conforme previsto em legislação específica.

c. Risco de Mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O gerenciamento do risco de mercado da Desenbahia tem por objetivo auxiliar a Agência na definição de estratégias de atuação para a otimização de resultados e apresentação das posições mantidas pela Agência, bem como no estabelecimento de limites operacionais de descausamento de ativos, passivos e moedas.
A Desenbahia adota o modelo paramétrico para o cálculo do valor em risco - VaR, com horizonte de tempo de dez dias e nível de confiança de 99%, como a metodologia utilizada para gerenciamento de risco de mercado, em condições normais, aplicando-se a todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros.
Para as análises, são consideradas as operações de crédito, carteira ativa e passiva e aplicações financeiras, sujeitas a risco de mercado, segregadas por fator de risco, tendo sido identificadas as seguintes carteiras relevantes:

- Indexadas à taxa PRÉ; e
- Indexadas à IGP-M;

A perda máxima esperada em um dia, em condições normais de mercado, por volatilidade nas taxas de juros, prefixadas e pós-fixadas, que era de R\$ 111 mil, em junho de 2012, foi de R\$ 38,20 mil, ainda menor que em junho de 2011, na carteira da Desenbahia, em função de uma redução da SELIC, o vencimento da aplicação em CDB e a liquidação de posições na moeda pré padem ser apontadas como responsáveis por essa redução. Representando menos de 0,1% do patrimônio de referência, a estimativa do valor referente à perda máxima em um dia por exposição a risco de mercado em situação normal manteve-se confortável em 2012 em função da política da instituição de redução da exposição ao risco de mercado das aplicações financeiras, concentrando seus recursos em títulos públicos (LFT) e o pequeno descausamento das operações de crédito. Considerando apenas o repasse da carteira de crédito, o VaR seria insignificante.
O maior valor de perda esperada em um dia referente à materialização de risco de mercado está na carteira indexada ao IGP-M (R\$ 29 mil), uma vez que este fator de risco tem se mostrado o mais instável.

A carteira PRÉ, mesmo na situação mais desfavorável para a Agência, apresentaria uma perda em torno de R\$ 52 mil.

d. Risco de Liquidez

O risco de liquidez decorre de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descausamentos entre pagamentos e recebimentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A Desenbahia possui uma situação bastante confortável quanto ao cumprimento de suas obrigações, uma vez que apresenta VaR 158.492 (R\$ 162.262 em 2011) em caixa e equivalentes de caixa, R\$ 122.586 (R\$ 110.740 em 2011) em títulos públicos federais com alta liquidez no mercado, além de existirem valores a serem realizados de operações de créditos e de outros créditos no curto prazo, sendo suficientes para fazer face às suas obrigações de curto prazo que montam R\$ 78.824 (R\$ 84.492 em 2011).

A estrutura detalhada do gerenciamento dos riscos da Desenbahia encontra-se disponível no site da Agência (www.Desenbahia.ba.gov.br/Institucional_Gestao_de_Riscos.aspx).

CONTADORA

GRÁCIA MOENA MOURA DE OLIVEIRA
CRC-Ba 017466/0-8

GERENTE FINANCEIRO

GELSON ROCHA SAMPAIO

DIRETORIA

JOSÉ RICARDO SANTOS

Presidente Interino e Diretor de Operações

MARCO AURÉLIO F COHIM SILVA

Diretor de Administração e Finanças

MARCELO SAMPAIO OLIVEIRA

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações contábeis da Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito das avaliações e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Auditoria dos valores correspondentes aos saldos comparativos

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro de 2011 pela KPMG Auditores Independentes). A KPMG Auditores Associados, nova denominação social da BDO Auditores Independentes, examinou as demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2011, apresentadas para fins de comparação, tendo emitido relatório datado de 09 de agosto de 2011, que não conteve modificação.

Salvador, 10 de agosto de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Marcelo André C. Almeida
Contador CRC-RJ 083701/O-0 "S" BA

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC-RJ 086312/O-0 "S" BA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da DESENBAHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, em reunião para, no uso de suas atribuições, apreciar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultado e de Fluxo de Caixa, juntamente com as Mutações do Patrimônio Líquido da Agência, no 1º semestre de 2012, após a exposição da Contadora Grácia Moema Moura de Oliveira, verificaram a exatidão de todos os documentos apresentados, à luz do Relatório da KPMG – Auditores Independentes, recomendando a sua aprovação.

Salvador, 10 de agosto de 2012

OLINTHO JOSÉ OLIVEIRA

Presidente

EUDALDO ALMEIDA DE JESUS
Conselheiro

ELY DANTAS DE SOUZA CRUZ
Conselheiro

LIELSON ANTONIO DE ALMEIDA COELHO
Conselheiro

PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA
Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ ALBERTO BASTOS PETTINGA
Presidente

Paulo Ferraz Guimarães
Nilton Vasconcelos Júnior

Antonio Albino Canelas Rubim
José Sérgio Gabrielli de Azevedo

Paulo Francisco de Carvalho Câmara

	2012	2011
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas	674	262
Reversão de provisões operacionais - IR (1)	28.081	20
Reversão de provisões operacionais - Outras (1)	10.565	111
Outras rendas operacionais (2)	13.967	10.900
	53.287	11.293
Total	54.210	12.091

(1) O aumento significativo em 2012 nas receitas com reversão de provisão é oriundo das contingências fiscais (vide Nota Explicativa nº 20).

(2) A rubrica Outras rendas operacionais tem a seguinte composição:

	2012	2011
Taxa de administração de fundos (1)	10.883	8.022
Taxa de supervisão dos financiamentos BNB/FNE (2)	879	867
Outros	16	274
Rendas de equalização (3)	1.329	1.441
Atualização monetária depósitos judiciais	154	171
Bônus recebidos	703	12
Taxa de administração PPP	3	3
Total	13.967	10.900

(1) Ao longo do semestre, a Desenbahia auferiu o montante de R\$ 10.883 a título de taxa de administração de fundos estaduais (vide Nota Explicativa nº 18).

(2) As receitas no montante de R\$ 879 (R\$ 867 em 2011) tratam de del-credere recebido do BNB devido a riscos e custos administrativos assumidos pela Desenbahia como repassador dos recursos do FNE, calculados em 1,5% sobre os saldos mantidos nas operações de repasse. As operações de crédito, oriundas desses recursos, que a Desenbahia contrata com seus mutuários, possuem as mesmas alíquotas de encargos financeiros que as operações de captação desses repasses.

(3) As receitas no valor de R\$ 1.329 (R\$ 1.441 em 2011) são uma equalização de custos financeiros reguladas no Decreto nº 7.798, de 5 de maio de 2010, e alterações posteriores, pela Resolução do Conselho Deliberativo do Fundese nº 139/2007, e estão relacionadas ao crédito concedido no Programa de Microcrédito (PMC) do BNDES. O objetivo da equalização é a absorção da diferença dos custos financeiros entre os financiamentos.

15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A Desenbahia incorreu nas seguintes despesas de pessoal, administrativas, tributárias e outras no período:

	2012	2011
Despesas de pessoal		
Honorários	(674)	(652)
Benefícios	(2.231)	(2.077)
Encargos sociais	(4.723)	(4.006)
Proventos	(10.852)	(9.689)
Treinamento	(164)	(140)
Estagiários	(226)	(223)
	(18.870)	(16.787)

Outras despesas administrativas

Água, energia e gás	(616)	(541)
Aluguéis	(13)	(1)
Comunicações	(138)	(133)
Contribuições filantrópicas	(25)	-
Manutenção e conservação de bens	(341)	(351)
Material	(57)	(69)
Processamento de dados	(84)	(72)
Promoções e relações públicas	(240)	(217)
Propaganda e publicidade	(380)	(44)
Publicações	(56)	(93)
Seguros	(151)	(13)
Serviços de sistema financeiro	(86)	(265)
Serviços de terceiros	(831)	(781)
Serviços de segurança e vigilância	(207)	(158)
Serviços técnicos especializados	(926)	(611)
Transporte	(113)	(133)
Viagem no país	(165)	(156)
Multas aplicadas pelo BACEN	(63)	-
Outras despesas administrativas	(382)	(381)
Despesas de amortização	(72)	(107)
Despesas de depreciação	(405)	(395)
	(5.547)	(4.521)

Despesas tributárias

ISS	(46)	(39)
COFINS	(1.683)	(1.536)
PIS	(273)	(250)
Outras despesas tributárias	(171)	(159)
	(2.173)	(1.984)

Outras despesas operacionais

Despesa com descontos concedidos em renegociações	(2.786)	(619)
Outras despesas operacionais	(1.167)	(1.82)
	(3.953)	(1.801)
Total	(30.543)	(25.093)

16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2012	2011
Receitas não operacionais	208	278
Despesas não operacionais	(11)	(119)
Total	257	159

17. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Conforme previsto no Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, na Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e suas alterações, a Desenbahia está obrigada a ter como forma de tributação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), respectivamente, o Lucro Real. Sua apuração é anual, e até 30 de junho de 2012 e 2011, os seguintes valores foram apurados:

	Apuração no semestre 2012	2011
I - Lucro/Prejuízo contábil antes de IR e da CSLL e deduzido o JCP	43.120	14
II - Adições	5.623	10.051
III - Exclusões	(11.385)	(2.121)
IV - Lucro/Prejuízo real (I + II - III)	37.358	7.944
V - Compensação prejuízo fiscal	(11.207)	(2.383)
VI - Lucro/Prejuízo líquido (IV - V)	26.151	5.561
VII - IRPJ (15%)	3.923	834
VIII - Adicional federal IRPJ	2.603	544
((nº meses * R\$ 20 mil)*10%)	-	-
IX - Incentivos fiscais para IRPJ - PAT	(157)	(33)
X - Incentivos fiscais para IRPJ - Prorrogação licença maternidade	(3)	-
XI - IRPJ (VII + VIII - X)	6.366	1.345
XII - CSLL (9%)	2.353	500
Total impostos sobre lucro (XI + XII)	8.719	1.845

Como forma de pagamento desses tributos, a Desenbahia optou por estimar mensalmente esses tributos e recolhê-los, conforme previsto nas Leis nºs 8.981/95, 9.304/96 e 10.684/03. Ao final do exercício social, é apurada a diferença a ser ajustada com pagamento ou compensação de saldo negativo. A Desenbahia possui o seguinte saldo de créditos tributários:

	2012		2011	
	Saldo inicial	Constituição Realização	Saldo final	Saldo final
Provisão para devedores duvidosos	97.164	549	(1.063)	96.650
Provisão para desvalorização de TVM	540	-	(32)	508
Provisão para desvalorização de cotas de fundos	169	41	(2)	208
Provisão para contingências fiscais	10.482	475	(8.696)	2.261
Provisão para contingências trabalhistas	2.819	596	(383)	3.032
Provisão para contingências cíveis	786	9	(10)	785
Provisão para desvalorização de bens	51	-	-	51
Provisão para perdas em incentivos fiscais	497	-	-	497
Provisão para perdas em participações societárias	2.251	-	-	2.251
Recuperação crédito baixado para prejuízo	-	-	-	-
/tributação pelo efeito caixa	(44.059)	-	426	(43.633)
Reserva de reavaliação	7.831	-	(53)	7.778
Rendas de operações de crédito a apropriar	69.780	485	(212)	70.053
Total diferenças temporárias	148.311	2.155	(10.225)	140.441
Prejuízo fiscal	241.265	-	(12.716)	228.549
Base negativa da CSLL	240.411	-	(12.716)	227.695
Total créditos tributários	629.988	2.155	(35.457)	596.686

	2011		2011	
	Saldo inicial	Constituição Realização	Saldo final	Saldo final
Provisão para devedores duvidosos	91.282	5.393	-	96.675
Provisão para desvalorização de TVM	629	-	(26)	603
Provisão para desvalorização de cotas de fundos	140	25	(17)	148
Provisão para contingências fiscais	9.202	920	(61)	10.061
Provisão para contingências trabalhistas	2.794	12	-	2.806
Provisão para contingências cíveis	772	8	-	780
Provisão para desvalorização de bens	51	-	-	51
Provisão para perdas em incentivos fiscais	497	-	-	497
Provisão para perdas em participações societárias	2.251	-	-	2.251
Recuperação crédito baixado para prejuízo	-	-	-	-
/tributação pelo efeito caixa	(45.106)	-	699	(44.407)
Reserva de reavaliação	7.937	27	(80)	7.884
Rendas de operações de crédito a apropriar	78.302	1.405	-	79.707
Total diferenças temporárias	148.715	7.790	515	157.056
Prejuízo fiscal	247.788	-	(2.383)	245.405
Base negativa da CSLL	246.934	-	(2.383)	244.551
Total créditos tributários	643.473	7.790	(4.251)	647.012

Os impostos diferidos sobre esses créditos tributários não foram registrados nas demonstrações contábeis da Desenbahia uma vez que ainda não foram estabelecidas projeções de resultados futuros que atendam a todos os requisitos da legislação em vigor e que demonstrem a realização futura destes.

18. PARTES RELACIONADAS

Conforme prevê a Resolução CMN nº 3.750/2009, que se reporta ao Pronunciamento Técnico CPC nº 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Desenbahia possui as seguintes partes relacionadas:

- Governo do Estado da Bahia: Acionista majoritário detentor de 99,99% das ações da Agência;
- Diretoria Colegiada, Conselho de Administração e Conselho Fiscal: Pessoal-chave da administração;
- FUNDESE: A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, sendo que seus recursos são aplicados em empréstimos a pessoas jurídicas e físicas, segundo critérios estabelecidos na Lei Estadual nº 6.445, de 7 de dezembro de 1992, não cabendo ônus algum no caso de eventual inadimplência. Os recursos desse fundo, em 30 de junho de 2012, (não auditado) montam a R\$ 955.245 (R\$ 598.278 em 2011) e estão devidamente registrados em conta específica de compensação; e

- FUNDURBANO: A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURBANO, que se encontra em liquidação. A Lei nº 8.829, de 9 de outubro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e extinção do Fundurbano, determina no seu artigo 1º que os recursos provenientes do retorno das aplicações de fundo, sob a forma de amortização do principal, atualização monetária, juros, multas, comissões e resgates do mercado financeiro serão destinados à realização de aporte de capital na Desenbahia. Os recursos desse fundo, em 30 de junho de 2012, (não auditado) montam a R\$ 14.453 (R\$ 16.238 em 2011) e estão devidamente registrados em conta específica de compensação. No período, foi aportado na Desenbahia para futuro aumento de capital o montante de R\$ 1.765 (R\$ 1.780 em 2011).

As transações que a Desenbahia incorreu com essas partes relacionadas foram no período:

|--|